

PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA DEMOCRACIA NO CONTEXTO VENEZUELANO [1]

Por *Felipe Addor*[2]

Esa historia, de más en más, deja de ser la historia de los Estados para convertirse en la historia de los pueblos.

Roland Denis, 2011[3]

Resumo: A ruptura política resultante da vitória de Hugo Chávez na Venezuela representou um período de inovações e transformações no contexto político, social, cultural e econômico. Neste artigo, enfatizamos os avanços na construção dos espaços de democracia participativa no país. Além da análise das políticas nacionais, destacamos a experiência do município Torres, no Estado Lara, que logrou desenvolver uma profunda experiência de transformação democrática, tendo se tornado uma importante referência de inclusão política local, através de iniciativas como a Assembleia Constituinte Municipal e o Orçamento Participativo.

Palavras-chaves: Democracia Participativa e Protagônica; Venezuela; Torres; Assembleia Constituinte Municipal; Consejos Comunales; Estado Comunal.

Abstract: The electoral victory of Hugo Chávez in Venezuela resulted on a political rupture that initiated a period of political innovations and social, economic and cultural changes. In this article, we emphasize the progress in the construction of spaces for participatory democracy in the country. Besides the analysis of national policies, we highlight the experience of Torres municipality in the State of Lara, where a deep experience of democratic transformation was developed, making it an important reference on inclusion politics on a local level.

Keywords: Participatory and Protagonic Democracy; Venezuela; Torres; Municipal Municipal Constituent Assembly; Consejos Comunales; Comunal State.

Avanços na construção democrática na história recente da Venezuela

Se, por um lado, seria errôneo afirmar que as propostas de participação e ampliação do poder popular começaram com a eleição de Hugo Chávez em 1998, por outro, não se pode ignorar a grande guinada política no sentido de promover uma maior inclusão popular nos espaços políticos.

Até 1998, por quarenta anos, a Venezuela teve um sistema de democracia de fachada, denominada «Pacto de Punto Fijo», em que dois partidos se alternavam no poder e com uma política assistencialista e clientelista de amenização dos conflitos sociais, baseada nos recursos advindos da exploração petrolífera. Entre as mudanças implementadas pelo governo Chávez, presentes desde a nova Constituição, de 1999,

uma das mais importantes foi a promoção do poder popular ou, como ficou cunhado mais tarde, de uma “democracia participativa y protagónica”.

Hugo Chávez enfrentou um primeiro governo (2000-2006) de grande instabilidade, com um cenário econômico desfavorável para um país cuja economia é baseada na exportação de petróleo e com muitos boicotes da oposição, advindos dos diversos setores onde as elites tradicionais ainda tinham força: Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), Forças Armadas e imprensa (MARINGONI, 2008: p. 115). A partir da reeleição de Hugo Chávez em 2006, o cenário torna-se mais favorável e o presidente começa a estruturar de forma mais clara seu projeto de governo (LANDER, 2007: p. 78).

Democracia participativa pré-Chávez

Os espaços participativos na Venezuela possuem uma longa trajetória no século XX. Em uma história mais recente, podemos afirmar que a década de 1970 é um período de auge das formas organizativas populares, que possuem um caráter reivindicativo, com «dinâmicas autónomas, prácticas democráticas y elevados niveles de participación social» (MACHADO, 2007: p. 174). Institucionalmente, as inovações participativas começaram a ganhar corpo na Venezuela ainda no início da década de 1990 (MAYA, 2008: p. 1), em nível local e regional, por iniciativa de alguns governos de esquerda, como resposta à crise do sistema político venezuelano e da deterioração dos serviços públicos. «La Causa R» é um dos pioneiros no país na implantação de gestões participativas, tendo tido destaque os governos de Clemente Scotto, no Município Caroní, Estado de Bolívar, de 1989 a 1993, e de Aristóbaldo Isturiz, no Município Libertador de Caracas, no Distrito Federal, entre 1993 e 1996 (MAYA, 2008: p. 3).

Primeiros espaços de participação com Hugo Chávez

A vitória de Hugo Chávez e a Constituição de 1999 impõem um questionamento aos limites do modelo da democracia representativo e fazem emergir diversas modalidades de participação que buscam o aprofundamento democrático. As primeiras

ações com estímulo à mobilização social foram as «misiones», políticas sociais voltadas ao atendimento das necessidades primárias da população (AZZELLINI, 2010: p. 203).

Entre as principais «misiones», estão: «Barrio Adentro», criada em 2003, que visa estabelecer um sistema de saúde gratuito a nível nacional; «Mercal» (Mercado de Alimentos), que aponta facilitar o acesso da população a alimentos básicos a um preço baixo, contribuindo para sua segurança alimentar; as missões educativas («Robinson», «Robinson II», «Ribas», «Sucre») que foram se consolidando e ampliando seu alcance, e representam hoje uma parte significativa da estrutura educacional venezuelana. Outros espaços importantes de construção da cultura participativa foram: as «Mesas Técnicas de Agua»; os «Comités de Tierra Urbanos»; os «Consejos Locales de Planificación Pública» (CLPP); a «Organización Comunitaria Autogestionaria»; os «Círculos Bolivarianos»; a «Contraloría Social»; e o «Parlamentarismo Social de la Calle».

Entretanto, foi no início de seu segunda mandato, em um contexto de maior estabilidade que iniciou-se a construção de uma nova estrutura complexa a difundida de participação. Sua referência inicial são os «Consejos Comunales» (CC), criados em 2006.

A nova geometria do poder

O artigo 2º da «Ley de los Consejos Comunales» define:

Los consejos comunales [...] son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social (LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES, 2006: p.1).

Os CC nasceram inspirados em movimentos de base dos bairros, que já vinham sendo desenvolvido nos movimentos sociais na década de 1990. Entretanto, ganharam importante impulso com a formalização de leis que os promovessem, que os consideraram espaços de mobilização de pequenos grupos locais, tendo uma abrangência máxima de quatrocentas famílias, com o intuito de inserir a população na gestão das políticas de

cada local. A experiência dos primeiros anos, seus acertos e percalços levaram à reformulação da legislação dos CC, resultando na promulgação de uma nova «Ley Orgánica de los Consejos Comunales» (LOCC), em final de 2009.

Todas as demandas identificadas pelos coletivos comunitários devem ser transformadas em projetos, com orçamento e cronograma, o que levou à criação de uma série de organizações a nível nacional e local que apoiam as comunidades na elaboração das suas propostas. O financiamento para as prioridades definidas pela população dentro dos CC vem diretamente do governo central. Entretanto, há a possibilidade, e ocorre em muitos casos, de haver recursos vindos dos governos estaduais e municipais para a execução de ações nas comunidades.

O fortalecimento da prática política participativa e o surgimento de necessidades que transbordam o território comunitário de cada CC levou ao surgimento das «Comunas», que são grupos articulados de CC que se juntam para fortalecer demandas que não se limitam a suas respectivas comunidades. A «Ley Orgánica de las Comunas» (LOC), assinada em 13 de dezembro de 2010[4], representou a legitimação de uma nova estrutura de poder que está sendo construída na Venezuela.

A lei categoriza os espaços de poder popular nos diferentes níveis e sua hierarquia, consolidando o denominado «sistema de agregación comunal»:

El Consejo Comunal: como instancia de articulación de los movimientos y organizaciones sociales de una comunidad. 2. La Comuna: como instancia de articulación de varias comunidades organizadas en un ámbito territorial determinado. 3. La Ciudad Comunal: constituida por iniciativa popular, mediante la agregación de varias comunas en un ámbito territorial determinado. 4. Federación Comunal: como instancia de articulación de dos o más ciudades que correspondan en el ámbito de un Distrito Motor de Desarrollo. 5. Confederación Comunal: instancia de articulación de federaciones comunales en el ámbito de un eje territorial de desarrollo (LEY ORGÁNICA DE LAS COMUNAS, 2010: p. 24).

Em 2010, o número de Comunas formadas, segundo o governo, girava em torno de duzentos e vinte. Segundo discurso da «Ministra para las Comunas», Isis Ochoa[5], em abril de 2011, estavam formados quarenta e um mil e seiscentos Conselhos Comunais em todo o país, sendo que nove mil deles haviam alcançado avançado nível de organização das Comunas.

Análise da Democracia Participativa e Protagônica no governo Chávez

Desde a Constituição de 1999, os espaços voltados à participação popular em diversos níveis foram se multiplicando e se consolidando. Entretanto, até que ponto esses espaços têm efetivamente contribuído para a consolidação de uma nova democracia? O quanto a proposta de uma democracia participativa e protagônica defendida no documento de 1999 está repercutindo em um aumento do poder popular? Como alterou-se a relação entre Estado e Sociedade nessa experiência?

Há diversas análises em andamento sobre esses espaços participativos. Menciono rapidamente abaixo quatro eixos de análise[6]. Um primeiro aspecto está ligado à politização da população, ou o que Edgardo Lander chamou de «transformação da cultura política» (LANDER, 2010). De forma geral, há um aumento considerável na participação política da população, estando mais próxima dos espaços públicos de tomada de decisão. Embora não se possa afirmar que a maioria da população está inserida diretamente nos espaços comunais, pode-se considerar números significativos de envolvimento, em se considerando que estamos falando de atividades contínuas e frequentes[7].

Outro aspecto de grande discussão é a dicotomia entre uma proposta de democratização do poder através da democracia participativa e uma lógica de atrelamento dos espaços participativo ao governo central, numa tendência de centralização de poder. A implementação dos Conselhos é considerado, por alguns analistas, uma recentralização do poder iniciada por Hugo Chávez (MAYA, 2008: p. 8), já que os CC estão «conceitualmente» pensados como parte do Estado, com dependência da presidência da República. Entretanto, na pesquisa desenvolvida pelo Centro Gumilla, umas das conclusões é que, de forma geral, «se muestra una baja interferencia del Estado en la dinámica de los consejos comunales» (MACHADO, 2007: p. 51).

Essa discussão leva ao terceiro ponto que é a instrumentalização dos espaços participativos. Considerando que há em andamento um forte processo de transformação com intensas divergências e embates entre os dois lados, podemos dizer que há um risco razoável dessas instituições criadas para fazer a «Revolución Bolivariana» caminhar serem usadas como pilares do «chavismo». Entretanto, o problema parece ser menor do

que promete. De acordo com a pesquisa do Centro Gumilla, em 80 % dos CC estudados havia uma abertura completa a pessoas com diferentes opiniões políticas (MACHADO, 2007: p. 26). Darío Azzellini também destaca uma forte presença dos denominados «nins», nem da oposição e nem chavistas (AZZELLINI, 2010: p. 313).

O último eixo de análise está ligado ao relacionamento entre os novos espaços democráticos de poder popular e a tradicional estrutura da democracia liberal representativa. Em lugares onde o governo local está plenamente vinculado com as transformações da «Revolución Bolivariana», os próprios funcionários da prefeitura defendem a diminuição de seu orçamento e de seu corpo de funcionários (CARRASCO, 2011). Mas essa transição é complexa e contraditória. Muitos não acreditam na tese da substituição do Estado atual pelo «Estado Comunal», que se estruturaria a partir dos CC, das «Comunas», das «Ciudades Comunales». Ainda se faz muito presente a oposição a esse movimento, gerando diversos conflitos e disputas entre as duas estruturas.

Em suma, há um intenso e barulhento processo de construção democrática em andamento que deve ser cuidado para não sucumbir a qualquer tipo de tutelação, seja de partidos, de lideranças, de governos. O Centro Gumilla, instituição independente que fez a pesquisa mais qualificada sobre os CC, conclui que :

Por los datos obtenidos no podríamos afirmar que este tipo de participación en los consejos comunales refuercen patrones de conductas políticas como el asistencialismo o el paternalismo, por el contrario, y los datos lo avalan, hay un proceso progresivo de protagonismos y responsabilidad popular en la construcción de respuestas colectivas en la búsqueda de un mejor vivir (MACHADO, 2007: p.6).

Concluo essa curta análise com um trecho do intelectual venezuelano Edgardo Lander que reconhece os avanços mas dá destaque à complexidade do processo:

Como inevitablemente tiene que ocurrir en todo proceso de cambio, la dinámica de la sociedad venezolana actual presenta extraordinarias diversidades; procesos de experimentación y aprendizaje; rupturas y continuidades con mucho de lo peor de la sociedad que se quiere trascender; un Estado que simultáneamente impulsa y frena la participación; y genuinos procesos democráticos de organización popular, con frecuencia en tensión con estructuras institucionales y dinámicas políticas que, a la vez que promueven dichos procesos democráticos, los frenan al dificultar su autonomía. Son en este sentido medulares las tensiones entre la diversidad y pluralidad de los procesos organizativos políticos y sociales y las tendencias a borrar los límites entre lo público-

estatal, lo político-partidista y la organización social, esto es, al colapso entre Estado, partido y organización social. Todo remite a tensiones entre la concentración y una distribución amplia del poder en la sociedad. De las formas en las cuales se resuelvan estas tensiones dependerá el carácter más o menos democrático del Estado y de la sociedad que se están construyendo en Venezuela (LANDER, 2007: p. 82).

A construção da democracia participativa no município Torres

Apresentaremos a experiência do «Município Bolivariano General de División Pedro León Torres», com destaque para o processo de construção da democracia participativa local. A bibliografia sobre a história do município e, principalmente, sobre o processo participativo contemporâneo ainda é muito incipiente. Por isso, embora haja algumas referências bibliográficas, a principal fonte para o desenvolvimento desta parte foram as entrevistas com lideranças da região.

Caracterização e história de luta

O Município Torres, fundado em 1569, localiza-se no Estado Lara, a cerca de quatrocentos km à oeste de Caracas. Possui em torno de duzentos mil habitantes[8], sendo metade concentrada em sua capital, Carora, e a outra metade distribuída nas diversas comunidades rurais. Sua característica econômica mais importante, historicamente, é a agropecuária, tocada, em sua maioria, por grandes latifundiários.

Fazendo jus ao seu nome, homenagem a um general de guerra independentista de 1810, Torres, e mais simbolicamente sua capital, Carora, possuem uma longa trajetória de lutas sociais. Muitos movimentos populares ao longo do tempo fizeram com que o município e sua capital ficassem identificados com a luta política, inclusive pelo número de referências nacionais que saíram dali. Entre os movimentos de maior relevância, podemos destacar cronologicamente: uma vertente humanista dentro da Igreja que desenvolveu ações de estímulo à educação, à leitura e ações de beneficência[9]; a atuação de Cecílio “Chío” Zubillaga que lutou contra a desigualdade e pela formação dos trabalhadores; o movimento cooperativista, na década de 1960, que nasceu a partir da necessidade de instituições financeiras de apoio à população, com cooperativas de poupança e crédito, e, embora, na visão de muitos, tivesse um objetivo amansador (no pós-Revolução Cubana), formou vários líderes (GARCIA, 2008: p. 79).

Além disso, a questão camponesa é muito presente e um fomentador de muitos conflitos. Sendo um município predominantemente rural, Torres possui grande desigualdade de distribuição de terras, tendo, até hoje, forte presença de latifúndios e um histórico inacreditável de exploração dos trabalhadores rurais (CHÁVEZ, 2011). Por fim, não se pode ignorar a influência dos partidos ao longo da segunda metade do século XX, como o Partido Comunista da Venezuela (PCV), o Movimento al Socialismo (MAS), o Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), o La Causa R (LCR) e o Frente Amplio de Izquierda (FADI).

O impacto do governo Hugo Chávez

A vitória eleitoral de Hugo Chávez teve impacto em todos os cantos do país. Em Torres, o movimento bolivariano representou um direcionamento de esforços que já eram presentes porém dispersos. As diferentes frentes de luta política, cultural, social nesse momento alinham-se a um projeto de país, a um projeto de sociedade. Mesmo que o alinhamento não tenha significado o alistamento das lideranças ao partido de Hugo Chávez, estimulou a criação de novos grupos e a articulação de lideranças espalhadas em torno de um grande objetivo.

Foi a partir dessa articulação que, em 2004, Julio Chávez, vence as eleições municipais de Torres pelo partido «Patria para Todos» (PPT)[10]. Ancorado nessa longa trajetória de conscientização política da população torrense e articulado com uma série de partidos («Movimiento Electoral del Pueblo» (MEP), «Partido Comunista de Venezuela» (PCV)) e movimentos culturais, cooperativos, conseguiu uma surpreendente e apertada vitória, derrotando o candidato da oligarquia («godarria») «caroreña» e o candidato apoiado pelo partido de Hugo Chávez, que tentava a reeleição[11].

A vitória de Julio Chávez

A entrada de Julio Chávez representou uma série de mudanças significativas para a gestão local. O completo acesso dos cidadãos ao prédio da prefeitura é um símbolo dessa transformação (é impressionante ver, ao entrar no prédio, o fluxo de

peessoas, de cidadãos, a facilidade com que se chega para conversar com um secretário, com que se cruza com outro – é um espaço público). Antes um espaço destinado apenas às elites locais, que tomavam as decisões em nome da população, a «alcaldía» começa uma nova etapa, baseada no diálogo com o povo, no trabalho de «calle», que não se limita a analisar números dentro de escritórios e salas de reunião, mas conhecer as comunidades, conversar com as pessoas.

Essa mudança de abordagem levou a mudanças na composição da equipe governamental. A figura tradicional de secretários técnicos com formação acadêmica mas sem compreensão da realidade local, vinculados ao modelo burocrático de governo, foi trocada por lideranças legítimas das comunidades, a sua maioria militantes de lutas políticas históricas na região e que tinham a vivência cotidiana das dificuldades da maioria da população (PÁEZ, 2011). Consolida-se uma inédita independência do governo em relação às elites locais, o que possibilitou mudanças estratégicas, como a valorização da criação de bode, centralmente feita pela população pobre, em relação à criação bovina, criada principalmente pelos latifundiários da região.

Além disso, iniciou-se um processo de maior atenção às áreas rurais. Historicamente, o governo local sempre priorizou a capital, Carora, fazendo investimentos no seu calçamento, nas praças, na iluminação. Enquanto isso, as comunidades rurais, lugar de moradia de metade da população, viviam em condições precárias, muitas vezes dependentes da boa vontade dos latifundiários (CHÁVEZ, 2011). A maior presença no campo também era impulsionada por uma política de mobilização popular, de estímulo à formação de organizações sociais em cada localidade. Estabelece-se um diálogo muito próximo com essas comunidades, que apresentam um avanço na ocupação dos espaços de participação muito maior que a área urbana, conseguindo, por consequência, atrair mais recursos para atender às suas necessidades. A possibilidade de participar das decisões e de alavancar recursos para suas comunidades, apoiado por um sério trabalho de «equipos promotores»[12], leva a um crescimento vertiginoso dos espaços coletivos de tomada de decisão e da capacidade de mobilização e participação em todo o Município.

O grande pilar de toda essa mudança, e que já vinha sendo a principal bandeira de Julio Chávez desde a campanha eleitoral, é a «Constituyente Municipal». Inspirado pela «Asamblea Constituyente Nacional», a proposta é construir um espaço que permita

a reflexão coletiva sobre as diretrizes de desenvolvimento do Município, criando os diversos espaços participativos em que o povo poderia contribuir na tomada de decisão, e que levou o município a ser legitimado o primeiro «Município Bolivariano» do país (vale lembrar, que na constituinte nacional foi alterado o nome da Venezuela para «República Bolivariana de Venezuela».

A Constituinte Municipal

A base principal para construção e formalização do processo participativo em Torres foi a «Ordenanza de Constitución del Municipio Bolivariano General de División Pedro León Torres», elaborada por diversos representantes da população ao longo de quatro meses de Assembleia Constituinte. A convocação da Constituinte e sua implantação foi uma das primeiras ações de Julio Chávez e se baseou na mesma estratégia de Hugo Chávez que, na busca pela transformação da sociedade, viu a necessidade de reformar o Estado para atender às novas demandas democráticas apresentadas por seu projeto (PÁEZ, 2011). Nessa «Ordenanza» estabeleciam-se os novos princípios de funcionamento do Município, com destaque para o papel do povo como seu próprio gestor, como é destacado no Artigo 2, dos Princípios Fundamentais, onde fala que o Município Torres:

es la organización de la nación mediante la cual el pueblo, en ejercicio directo e intransferible de la soberanía, define y ejecuta la gestión pública, controla y evalúa sus resultados como comunidad organizada, en función de crear las mejores condiciones de vida que garanticen a toda persona el efectivo ejercicio de todos sus derechos y el cumplimiento de sus deberes en su jurisdicción territorial, conforme al texto constitucional de la República Bolivariana de Venezuela[13].

A participação na assembleia foi ampla, com um processo democrático de definição de representantes a partir das comunidades. Naturalmente, pela própria vinculação ao projeto participativo, entre os integrantes da assembleia houve uma predominância de pessoas ligadas ao projeto de transformação, tanto no nível local quanto no nível nacional. Foram poucos os representantes da oposição, da oligarquia «caroreña» que realmente interferiram no processo (PÁEZ, 2011).

Esse documento representou a linha mestre de atuação do governo local com respeito aos novos espaços participativos que permitiam o envolvimento da população. Foram definidos os espaços em cada nível, começando pelas «Juntas Comunales», que podem ser considerados um predecessor na região dos «Consejos Comunales», e os outros espaços administrativos. Um espaço importante de consolidação da descentralização administrativa era o «Consejo Local de Planificación Pública» (CLPP) que, a esse tempo, era o principal espaço na busca pelo fortalecimento do poder popular pelo governo Hugo Chávez. Portanto, o principal objetivo que estruturou todo o processo e que ficou registrado na «Ordenanza» foi o de passar ao povo todo o poder de decisão sobre os recursos governamentais e suas políticas. A «Ordenanza» deu as bases para começar o processo de transformação desejado e um dos pilares da dinâmica participativa foi o Orçamento Participativo («Presupuesto Participativo»).

O Orçamento Participativo

O «Presupuesto Participativo» (PP) foi criado no primeiro ano do governo de Julio Chávez, por influência de outras experiências, como a brasileira (CORTÉZ, 2011). O governo local buscou passar à população a responsabilidade de gestão dos recursos de investimentos. Assim, a partir de 2005, 100 % desses recursos eram colocados em pauta nessas reuniões para que, coletivamente, fossem definidas as prioridades, de acordo com as demandas que vinham desde as bases das comunidades. Vale ressaltar que a legislação venezuelana sugere que 20 % dos recursos sejam para o orçamento participativo, e mesmo os partidários de Hugo Chávez eram reticentes quanto a essa entrega plena dos recursos, argumentando que isso poderia tirar da prefeitura a capacidade de controle administrativa.

O desenvolvimento do PP se inicia nas comunidades, que devem realizar diagnósticos participativos para identificar os problemas, priorizá-los e levar essa lista hierarquizada de necessidades para os espaços de decisão coletiva. A proposta representa, dessa forma, um importante estímulo à organização social. O sucesso da empreitada, reiterado não só pelo bom caminhar dos processos mas também pela vitória nas eleições seguintes, fez com que a experiência de Torres se tornasse uma referência

nacional, com muitos de seus participantes sendo convidados para discutir políticas de participação no governo federal.

Embora houvesse um espaço efetivo de participação e tomada de decisão para a população, o processo de construção política levou a um pequeno desequilíbrio nos grupos participantes, principalmente no período inicial. Identifica-se, inicialmente, uma maior participação nas comunidades rurais. Primeiro, porque estavam diretamente vinculadas à luta política travada para a eleição de Julio Chávez. Segundo, por terem necessidades materiais mais urgentes e significativas, o que sempre foi um impulso significativo à participação. Além disso, as elites locais, seja por desacreditarem no processo, seja por quererem enfraquecê-lo, tiveram uma participação tímida. Esse desequilíbrio levou a um maior direcionamento dos recursos para as áreas rurais, provocando uma distorção de investimento em Carora de um governo a outro.

Entretanto, a solidificação dos espaços participativos foi levando a uma diminuição desses desequilíbrios e existem, hoje, uma quantidade enorme de comunidades organizadas na área urbana. A divisão dos recursos era definida a partir de regras pré-estabelecidas, que seguiam um formato parecido ao proposto pelo governo nacional, mas que foi adaptado a critérios adequados à realidade local. As decisões tomadas nas assembleias de orçamento participativo eram plenamente respeitadas pela «alcaldía». As decisões eram ratificadas pelo conselho municipal, onde o prefeito possuía maioria, então não havia dificuldades para que o processo participativo fosse aceito sem restrições.

Um fator interessante é a mudança no tipo de representatividade. Os defensores do processo participativo são taxativos na substituição da palavra «representante» por «vocero» (que vem de voz, ou seja, a pessoa é apenas a voz da comunidade que representa). Essa substituição se baseia no descrédito do sistema democrático anterior, onde os «representantes» não tinham a prática de prestar conta aos representados e, após eleitos, assumiam posturas independentes das vontades das comunidades. Os «voceros», por outro lado, têm um vínculo e uma responsabilidade direta com seus representados. Embora tenham autonomia para, numa instância superior, mudar de postura caso o espaço da assembleia mostre essa necessidade, eles precisam prestar conta à sua comunidade, justificando suas posturas e tendo um mandato revogável.

O PP de Torres completou sete anos e segue sendo de grande importância para o fortalecimento do poder popular no Município. Sua longevidade está ligada à confiança que o processo conquistou frente às comunidades, ao respeito às decisões comunitárias de priorização de necessidades e à efetividade na execução dos projetos definidos nos espaços coletivos de tomada de decisão. Com os avanços nas leis de participação nacionais, o Município pôde ir consolidando sua estrutura de participação que hoje tem como bases principais os Conselhos Comuns e as Comunas.

Os «Consejos Comunes»

A experiência de Torres com a constituinte possibilitou um avanço significativo nos espaços participativos do Município, seja a nível comunitário, regional ou municipal. Foram se consolidando novas formas participativas, com destaque para as «Juntas Comunes» e o «Presupuesto Participativo», estruturas fundamentais para que o Município figurasse entre os que avançaram com maior velocidade na implementação das propostas participativas do governo Chávez.

A figura da «Junta Comunal» foi a que representou, na «Ordenanza» de Torres, a base organizacional da comunidade e começou a ser formado pelo governo local em 2005. Com a promulgação da «Ley de Consejos Comunes», de 2006, o trabalho foi apenas de adequação do que já vinha sendo desenvolvido, com pequenas alterações de tamanho e recorte territorial. Não se pode ignorar, entretanto, que houve um esforço do governo local de formação da população em relação aos «Consejos Comunes», esclarecendo suas regras e as diferenças que haviam com o processo em curso anteriormente (GÓMEZ, 2011).

De forma geral, Torres é dos Municípios que mais avançou na criação da nova estrutura democrática e conseguiu intenso desenvolvimento de projetos através dos Conselhos, com destaque para os de construção de moradias. É interessante ver como a gestão comunitária, nesses casos, possibilitou um uso mais eficiente do financiamento. Sem ter necessariamente que pagar empresas e tendo uma forte mobilização dos moradores, as comunidades conseguiram em muitos casos diminuir muitos dos custos usando trabalhadores locais ou contrapartidas da população, como destacou o atual prefeito Edgar Carrasco:

Y como ya tenían experiencia de ejecutar ellos mismos, entonces se dieron cuenta que podían hacer con la mitad del recurso de una obra, la misma obra, con la misma calidad. Ciprianamente[14], no había gastos administrativos; ciprianamente, no había subcontratación de nada. Si había una maquinaria que no la tenían, buscaban la maquinaria del señor que trabajaba en la zona, que también era usuario de esa vía y que también era habitante de esa vía (CARRASCO, 2011).

As «Comunas»

De forma quase automática, a consolidação dos «Consejos Comunales» começou a fazer aparecer demandas que transbordavam os recortes territoriais e populacionais que caracterizavam esses espaços. Problemas de maior abrangência passavam a ser destacados e o nível comunitário dos Conselhos não permitia abordá-los de forma integral. Alguns Conselhos começaram a articular-se para encaminhar problemas maiores, como péssima condição de estradas de acesso a suas comunidades, entraves a projetos socioprodutivos mais amplos (CARRASCO, 2011).

Nesse contexto, mesmo antes da proposta de «Comunas» ser feita pelo governo federal, as comunidades de Torres começam a articular-se. Quando é aprovada a «Ley Orgánica de Comunas», o Município larga na frente e continua sendo, até hoje, uma das regiões mais avançadas e que tem dado maior contribuição ao debate das Comunas, tendo importante atuação na «Red Nacional de Comuneros y Comuneras», que discute com o governo nacional o avanço das estruturas das Comunas no país.

Alguns pilares da transformação

Entre as diretrizes que embasaram a transformação democrática de Torres está a questão da formação dos cidadãos para a construção da democracia participativa. Percebeu-se a necessidade de um apoio para que as pessoas se capacitassem para contribuir na gestão local. Foi proposta a criação de uma escola, «Escuela de Gobierno Municipal Jorge Rodríguez», que teria como fim «impulsar el proceso de concientización soberana y capacitación de la comunidad para el ejercicio directo de la soberanía»[15]. Entretanto, na realidade, a formação das pessoas ao longo do processo se deu menos vinculado a uma instituição específica, e mais atrelado à própria prática democrática de reuniões, assembleias, tomadas de decisão.

Além disso, um pilar fundamental na experiência torrense foi a articulação entre a estrutura democrática tradicional e a nova estrutura democrática participativa. Ao contrário do que se percebe em boa parte das experiências de democracia participativa, em Torres não houve um longo processo de conflito entre o processo transformador e a estrutura democrática tradicional. Em seu início, a presença de uma Câmara Municipal contrária ao projeto transformador foi um obstáculo, mas o governo conseguiu contornar utilizando-se do espaço proposta do Hugo Chávez do CLPP. Em seguida, o governo obteve maioria na Câmara Municipal, o que facilitou a aceitação das decisões coletivas pela estrutura governamental. Vale destacar que essa atuação de apoio do governo local foi possível em função de uma mudança de cultura de gestão, com a democratização do espaço público da «alcaldía», e a compreensão dos seus funcionários da importância da consolidação da democracia participativa.

Por fim, a articulação que o processo transformador de Torres teve com outros grupos a nível nacional e internacional foi de suma importância. Por um lado, é nítida a influência de movimentos sociais e partidos de esquerda na formação das lideranças locais. Vários dos principais líderes estiverem vinculados a movimentos. Portanto, é inegável o vínculo das lutas locais com movimentos mais amplos a nível nacional. Na questão metodológica, a influência da Assembleia Constituinte, promovida pelo governo Hugo Chávez, e da experiência brasileira de Porto Alegre, para a realização do «Presupuesto Participativo», foram fundamentais na estruturação da proposta transformadora.

Entretanto, apesar dessas influências e do alinhamento com a «Revolución Bolivariana», pode-se dizer que Torres teve um caminho autônomo, baseado nas forças de luta e nas lideranças locais, como afirmou o ex-presidente da «Asamblea Nacional», Fernando Soto Rojas, que apoiou o processo no seu início: «Entonces el propio movimiento de Carora, con el liderazgo de Julio Chávez, siguió su propio desarrollo, autónomo e independiente, pero articulado a los postulados de la Constitución, del liderazgo del comandante Chávez y de nuestro proceso histórico» (SOTO ROJAS, 2011).

Avanços e desafios

A experiência de Torres teve o mérito, não tão simples quanto parece, de dar continuidade e maior profundidade ao processo participativo com a mudança do «alcalde». Julio Chávez candidata-se a deputado da «Asamblea Nacional» e Edgar Carrasco, um quadro do governo de Julio Chávez, entra como candidato da continuidade, vencendo com facilidade[16]. Edgar Carrasco logra manter a política de transformação, consolidando os espaços participativos e avançando no processo de entrega do poder governamental ao povo. Embora tenha um perfil mais técnico, Edgar Carrasco firmou-se como liderança, conseguindo equilibrar suas habilidades técnicas com uma postura política adequada.

Entretanto, ainda que a implantação da democracia participativa em Carora continue se aprofundando, é importante um cuidado contínuo com alguns processos de transformação. Primeiro, um diálogo contínuo com as leis promulgadas a nível nacional. Assim como já ocorreu com os «Consejos Comunales» e com as «Comunas», Torres tem que sempre estar alinhada com a legislação participativa nacional, adequando-se às leis em vigor no projeto de democracia participativa e protagônica do governo Hugo Chávez. Um processo que parece estar mais sedimentado agora é a participação do urbano e das elites. Como dito anteriormente, a força inicial da mobilização organizacional da área rural foi substituída por um contexto político mais equilibrado entre meio urbano e meio rural. Além disso, a elite local, que inicialmente ignorou e criticou o processo, atualmente participa e constrói seus espaços coletivos, inclusive para poder ter acesso às políticas e dinheiro públicos.

A principal meta, hoje, está na solidificação das Comunas, que já existem informalmente mas, em sua maioria, ainda não foram reconhecidas pelo governo central. Essa atuação dá interessantes horizontes ao processo participativo, possibilitando discussões mais amplas, regionais e estratégicas sobre necessidades e prioridades, indo para além das demandas locais, que são, em geral, imediatas e pontuais. Começa-se a discutir estruturas econômicas, formas de cooperação, grandes obras (MEDINA, 2011 E SUÁREZ, 2011). Além disso, no âmbito governamental está sendo discutida a mudança de divisão política territorial, decretando o fim das «parroquias», que existem há séculos, para fazer valer as divisões definidas pelos «Consejos Comunales» e «Comunas», definidas pelas própria população, de acordo

com afinidades culturais, necessidades ou desejos comuns. É o que está sendo chamado de o «grande passo» (CARRASCO, 2011).

Uma importante conquista foi a formação política da população torrense. Até a chegada de Julio Chávez, pode-se dizer que a população não tinha qualquer ingerência sobre o poder local. A consciência política desenvolvida a partir de Hugo Chávez (com seus discursos nacionalistas, anti-imperialistas, socialistas), primeiro deu-se, em Carora, fora dos espaços públicos: nos movimentos sociais, nos espaços participativos autônomos locais. Foi apenas com a subida de Julio Chávez ao poder que começa um movimento de construção de espaços de participação e de formação da população para contribuir na gestão pública, fortalecendo a reflexão sobre o papel de cidadão e sobre seus direitos e deveres.

Paralelamente, multiplicam-se os meios alternativos de comunicação, como jornais e rádios comunitários, que mostravam a necessidade de novos meios de troca de informação que fugissem ao espaço tradicional, que publicizassem as transformações em curso, ignoradas pela tradicional imprensa elitista local. A «alcaldía» promoveu uma política comunicacional que, além do registro audiovisual das ações contemporâneas, preocupou-se em recuperar a história de Carora, de Torres. Foram publicados livros e revistas resgatando a trajetória de antigas lideranças que haviam sido esquecidos pelos meios de comunicação tradicionais, como: Alí Lameda, Chío Zubillaga, Hermes Chávez[17].

A força, com que a implantação da estrutura democrática participativa se deu em Torres, propiciou a formação de um grande número de lideranças, muitas já envolvidas em lutas populares desde antes, representando, segundo Miguel ‘Chicho’ Medina, um ponto sem volta, um ato irreversível de transformação da relação entre Sociedade e Estado:

Nosotros creemos que esto es un acto irreversible, aquí no va a venir ninguno de esos candidatos de oposición que todavía siguen con el viejo discurso, tratando de volver al pasado, tratando de volver a los amigos, tratando de volver a solamente un asfaltado de calles. Cuando aquí definitivamente la comunidad está decidiendo y por lo tanto no hay una voz de la oposición que esté preocupada, ni lo entiende ni lo va a entender, porque siempre están pensando desde su vista personal, desde su historia de godos, desde su historia individual (MEDINA, 2011).

A população de Torres orgulha-se por ser um dos principais territórios de apoio ao processo revolucionário de Hugo Chávez. No Município, todas votações desde 1998, locais, regionais e nacionais, foram vencidas pela «Revolución Bolivariana», mesmo quando esta foi derrotada a nível nacional, no Referendo de 2007. Líderes locais e analistas atrelam esse fato a uma ampliação da consciência política e um vínculo maior com a transformação democrática resultantes da experiência participativa (CHÁVEZ, 2011). Como todo movimento transformador, há uma série de dificuldades e problemas que a experiência de Torres ainda precisa enfrentar para aprofundar o processo de democratização do Estado e a participação efetiva das pessoas. Uma primeira dificuldade é a comunicação. Muitos entrevistados colocaram a comunicação como um dos entraves ao aprofundamento do processo (CHÁVEZ, 2011). Primeiro, porque os principais meios de comunicação locais e regionais ainda são controlados pela elite. Segundo, pela falta de registro histórico da experiência. À exceção de algumas publicações que não sistematizam a experiência no seu conjunto[18], não há um relato sólido e estruturado da experiência.

Além disso, a formação político-ideológica das pessoas ainda é um obstáculo, um desafio. Mesmo entre pessoas que participam e fortalecem o processo, a falta de compreensão da profunda transformação que está se dando é um calcanhar de Aquiles que muitas vezes pode levar a desvios e contradições na prática (GÁRCIA, 2011). Esse fato, inclusive, pode abrir brechas para distorções no processo, como a priorização de interesses particulares de lideranças frente aos interesses reais da comunidade, o que, embora seja pouco presente, já foi constatado em alguns casos (CARRASCO, 2011).

Outro problema ressaltado pelos entrevistados foi a relação com o Estado. Diagnosticam-se problemas de diálogo em uma aparente dificuldade do Estado em adequar-se ao que está propondo. Gerardo Páez destacou conflitos entre o governo federal e os governos municipais, e uma postura do governo central de buscar a resolução de todos os problemas com a injeção de recursos, o que, às vezes, pode ter um papel contrário ao estímulo organizacional, que é a base do processo transformador em Carora (PAEZ, 2011).

Pesando os avanços e as dificuldades, encontra-se em Torres uma interessante experimentação de consolidação de uma nova estrutura democrática, de espaços efetivos de participação, de uma nova relação entre Estado e Sociedade que pode trazer

muitos ensinamentos a outras experiências. O jornalista Luis Pernaletе, opositor ao governo Hugo Chávez, exalta o que vem sendo construído no Município desde 2005:

Yo sin dudar lo he dicho: “soy opositor al gobierno de Chávez pero no tengo dudas en decir que la experiencia del presupuesto participativo en Torres ha sido positiva para la gente”. Primero por la confianza generada en la toma de decisiones. Y segundo porque de alguna manera se va fraguando la ciudad que queremos, el municipio que queremos, de la mano propia de las personas. Y eso no puede ser un hecho negativo. (PERNALETE, 2011)

Considerações Finais

A complexidade de construção de uma nova estrutura democrática exige uma análise ampla, multidisciplinar, e com importante compreensão do processo histórico em que está inserida. Conclusões baseadas em análises pontuais e superficiais são sempre arriscadas e inconsequentes. Em função disso, neste artigo, busquei trabalhar alguns pilares que possibilitaram o surgimento e a consolidação da democracia participativa em Torres, hoje é uma referência nacional e internacional no processo de consolidação do poder popular na Venezuela. No território venezuelano, há cada vez mais experiências de transformação que estão atreladas ao projeto de transformação da estrutura democrática impulsionado pelo governo Chávez. Torres é um caso peculiar pelo seu curto tempo de vida mas por já representar uma importante referência de transformação democrática, sendo considerado um dos Municípios mais avançados na construção de um novo Estado. Seguramente, não se pode afirmar que a experiência torrense é o lugar comum dos Municípios na Venezuela, nem mesmo dos Municípios governados por políticos ligados à revolução. Exatamente por isso, torna-se relevante estudar porque um Município com características socioeconômicas semelhante a centenas de outros no país (interiorano, metade da população vivendo em áreas rurais, desigual) conseguiu avançar tão rapidamente na proposta de poder popular defendida pelo governo central. A «Revolución Bolivariana» busca difundir esse tipo de experiência, tentando ampliar o poder popular no país; mas são muitos os obstáculos e os desvios enfrentados, seja por incoerências da própria atuação das pessoas, seja pelas intransigência das estruturas burocráticas da democracia representativa tradicional, que percebem esse tipo de experiência como uma ameaça. O desafio está em quebrar as amarras, os tradicionalismos do sistema democrático tradicional, hierárquico, centralizador, personalista, burocrático, corrupto, em prol de uma postura aberta,

solidária, coletiva, efetivamente democrática. Torres, portanto, tem sido visto como um importante referente a outros Município no processo de construção do poder popular na Venezuela, conforme corrobora Miguel ‘Chicho’ Medina:

Y podemos decirlo con mucha tranquilidad, mucha seguridad y con mucha modestia: estamos siendo una referencia importante para el país en relación a lo que es participar, estar en conexión con la Constitución Bolivariana, estar en sintonía con la propuesta de gobierno bolivariana y creer profundamente que aquí en este municipio se está consolidando esa palabra que para muchos era un sueño: “el socialismo” (MEDINA, 2011).

A recente morte de Hugo Chávez traz um novo cenário para o contexto político venezuelano em que a garantia da continuidade do processo de transformação só se dará a partir da mobilização e atuação das bases, das comunidades. Nesse contexto, a consolidação e difusão de experiências como a de Torres são fundamentais pela sua capacidade de formação política da população e por ser um bastião do projeto bolivariano, representando uma vitrine de uma proposta real e possível de reformulação da estrutura democrática no país e, quiça, na América Latina.

Bibliografia

AZZELLINI, Darío. **Democracia Participativa y Protagónica en Venezuela: La búsqueda de una nueva democracia, la construcción de dos lados y los Consejos Comunales como mecanismo de autogobierno local**. Tese de Doutorado em Sociologia, Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, 2010, p. 203.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. IN: **Observatorio Social de América Latina**, CLACSO, Año VIII, nº 22, septiembre 2007.

_____, «O ciclo em direção à esquerda pode estar chegando a seu fim», in **Revista Caros Amigos**, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2010. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br>.

MACHADO, Jesus. **Estudio de los Consejos Comunales en Venezuela**. Caracas, Fundación Centro Gumilla, 2008.

MARIONGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**, São Paulo, Editora UNESP, 2008.

HARNECKER, Marta. **Transferiendo poder a la gente**. Caracas, Centro Intenacional Miranda, Colección: Haciendo Camino al Andar, nº 2, 2008.

MAYA, Margarita López. Caracas: Estado y sujeto popular en el proyecto bolivariano. IN: PEARCE, Jenny. **Here, the People Decide? Participation in the Twenty-First Century City**. Hampshire, Palgrave Publishers Ltd, 2008.

Fontes

Asamblea Municipal Constituyente Del Municipio Bolivariano General De División Pedro León Torres, **Ordenanza De Constitución**, Torres, 2005.

Asamblea Municipal Constituyente Del Municipio Bolivariano General De División Pedro León Torres, **Op. Cit.**, P. 2.

Asamblea Municipal Constituyente Del Municipio Bolivariano General De División Pedro León Torres, **Op. Cit.**, P. 30.

Asamblea Nacional De La República Bolivariana De Venezuela, Ley De Los Consejos Comunales, Caracas, 2006, P. 1. Para Uma Discussão Sobre O Funcionamento Dos Cc, Avanços E Desafios, Ver Mariana Bruce, Felipe Addor, **Op. Cit.**; Darío Azzellini, Op. Cit.

Asamblea Nacional De La República Bolivariana De Venezuela, **Ley Orgánica De Los Consejos Comunales**, Caracas, 2009.

Asamblea Nacional De La República Bolivariana De Venezuela, Ley Orgánica De Las Comunas, Caracas, 2010. Nesta Lei Está Conceituado O Socialismo, Que Seria O Objetivo Final Da Reestruturação Democrática: «Socialismo: Es Un Modo De Relaciones Sociales De Producción Centrado En **La Convivencia Solidaria Y La**

Satisfacción De Necesidades Materiales E Intangibles De Toda La Sociedad, Que Tiene Como Base Fundamental La Recuperación Del Valor Del Trabajo Como Productor De Bienes Y Servicios Para Satisfacer Las Necesidades Humanas Y Lograr La Suprema Felicidad Social Y El Desarrollo Humano Integral». Pp. 3-4.

Carrasco, Edgar. «**Entrevista A Felipe Addor**», Carora, 02 De Dezembro De 2011.

Cortéz, Luiz Eduardo. «**Entrevista A Felipe Addor**».

Denis, Roland. «**Entrevista A Felipe Addor**», Caracas, 19 De Outubro De 2011.

García, Victor. «**Entrevista A Felipe Addor**».

Gómez, Júlio. «**Entrevista A Felipe Addor**», Torres, Em 29 De Novembro De 2011.

Medina, Miguel 'Chicho'. «**Entrevista A Felipe Addor**».

Suárez, Candelario. «**Entrevista A Felipe Addor**», Torres, Em 01 De Dezembro De 2011.

Ministerio Del Poder Popular Para Las Comunas Y Protección Social, «**Se Han Conformado 41.600 Consejos Comunales En Todo El Territorio Nacional**», 2011 (Consultado Em 10/03/2012), Disponível Em http://Www.Mpcomunas.Gob.Ve/Noticias_Detalle.Php?Id=6247.

Páez, Gerardo. «**Entrevista A Felipe Addor**».

Pernalete, Luis. «**Entrevista A Felipe Addor**».

Soto Rojas, Fernando. «**Entrevista A Felipe Addor**», Caracas, Em 08 De Dezembro De 2011.

Notas

[1]Este artigo é baseado em outro publicado originalmente na França: «O inventamos, o erramos»: a experiência de transformação democrática no Município Torres, In: FOLZ, Olivier; FOURTANÉ, Nicole; GUIRAUD, Michèle. Le Venezuela d'Hugo Chavez:

bilan de quatorze ans de pouvoir.. PUN – Editions Universitaires de Lorraine, França, 2013, p. 432.

[2]Pesquisador-extensionista e coordenador do Núcleo de Solidariedae Técnica (SOLTEC/UFRJ), doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. O endereço de e-mail address está sendo protegido de spambots. Você precisa ativar o JavaScript enabled para vê-lo..">faddor@gmail.com.

[3]Roland DENIS, «Entrevista a Felipe Addor», Caracas, 19 de outubro de 2011.

[4]ASAMBLEA NACIONAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, Ley Orgánica de las Comunas, Caracas, 2010. Nesta lei está conceituado o Socialismo, que seria o objetivo final da reestruturação democrática: «Socialismo: Es un modo de relaciones sociales de producción centrado en la convivencia solidaria y la satisfacción de necesidades materiales e intangibles de toda la sociedad, que tiene como base fundamental la recuperación del valor del trabajo como productor de bienes y servicios para satisfacer las necesidades humanas y lograr la suprema felicidad social y el desarrollo humano integral». pp. 3-4.

[5]MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LAS COMUNAS Y PROTECCIÓN SOCIAL, «Se han conformado 41.600 consejos comunales en todo el territorio nacional», 2011 (consultado em 10/03/2012), disponível em http://www.mpcomunas.gob.ve/noticias_detalle.php?id=6247.

[6]Duas pesquisas recentes sobre esses espaços são: Darío AZZELLINI, op. cit.; Mariana BRUCE, A “Democracia Participativa y Protagónica”, o Povo e o Líder: A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela), Dissertação de Mestrado em História Social, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.

[7]Roland Denis (2011), ex-Ministro de Chávez, mas hoje na oposição, projeta em 15% do total da população que estaria envolvido nesses espaços participativos.

[8]Projeções do Instituto Nacional de Estadística da Venezuela, com base no censo de 2001, informam uma população de 199.515 para 2011. <http://www.ine.gov.ve> (consultado em 10/04/2012).

[9]O historiador Luis Cortés (2008, p. 36) afirma que esse movimento, que ele denomina de “Iglesia social en Carora”, foi uma das origens da Teologia da Libertação.

[10]Apesar da coincidência do nome, não há qualquer tipo de parentesco entre Hugo Chávez e Julio Chávez. Nas primeiras eleições municipais em Torres após a vitória de Hugo Chávez, o MVR («Movimiento Quinta República», partido chavista) venceu. Entretanto, o prefeito eleito (Javier Oropeza) integrava a elite conservadora e havia se aproveitado da «epidemia chavista» para se eleger. Essa distorção foi identificada pelas práticas pouco revolucionárias da «alcaldía», o que contribuiu para sua derrota na tentativa de reeleição.

[11]Os resultados eleitorais foram: Julio Chávez: 16.295 votos, 35,6 %; Javier Oropeza (candidato de Hugo Chávez): 15.589 votos, 34,1 %; Walter Cattivelli (candidato da oligarquia): 13.838 votos, 30,27 %. Fonte: «Consejo Nacional Electoral», <http://www.cne.gob.ve> (consultado em 18/04/2012).

[12]Equipe de profissionais do governo que tinham o papel de difundir a proposta de gestão democrática e apoiar a formação de organizações e conselhos para a participação as comunidades no processo.

[13]ASAMBLEA MUNICIPAL CONSTITUYENTE DEL MUNICIPIO BOLIVARIANO GENERAL DE DIVISIÓN PEDRO LEÓN TORRES, op. cit., p. 2.

[14]Ciprianamente: simplesmente, tranquilamente.

[15]ASAMBLEA MUNICIPAL CONSTITUYENTE DEL MUNICIPIO BOLIVARIANO GENERAL DE DIVISIÓN PEDRO LEÓN TORRES, op. cit., p. 30.

[16]Diferente de Julio Chávez, Edgar Carrasco teve uma vitória folgada. Resultados: Edgar Carrasco: 32.021 votos, 48,39 %; Javier Oropeza, 24.094 votos, 36,34 %; Monir Chiriti, 4.913 votos, 7,41 %. Interessante verificar que o número de eleitores subiu de cerca de 98.500 para quase 118 mil, e a abstenção (eleitores registrados que não votaram) caiu de 51 % para 40 %. Ambos os dados são, provavelmente, reflexos da politização da população durante o governo de Julio Chávez. Fonte: <http://www.cne.gob.ve> (consultado em 18/04/2012).

[17]A «Alcaldía Bolivariana General de División Pedro León Torres» lançou quatro livros da Serie PODER POPULAR: 1 – Antecedentes Comunitarios en el Municipio Torres, abril de 2008; 2 – Foro Internacional de Economía Carora, 2008: construyendo un modelo de producción socialista, abril de 2010; 3 – Hermes Chávez y la Revolución Bolivariana, fevereiro de 2010; 4 – Alí Lameda: De Carora al universo, julho de 2010. O número 2 foi produzido a partir de um encontro realizado em 2008, mas a demora na finalização do texto fez com que ele fosse publicado após o número 3.

[18]Marta HARNECKER, Transferiendo poder a la gente, Caracas, Centro Intenacional Miranda, Colección: Haciendo Camino al Andar, nº 2, 2008; Darío AZZELLINI, op. cit.